

COMISSÃO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS

ATA N.º 1/2022

—Ao décimo terceiro dia do mês de Abril de dois mil e vinte e dois, pelas dez horas e quinze minutos, reuniu-se a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CMGIFR), que sucede à Comissão Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios (CMDFCI), na Salão da Assembleia Municipal no Edifício dos Paços do Concelho, sob a presidência do Drº Carlos Alberto de Miranda, Presidente da CMGIFR para dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1: Instalação da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais da Sertã (CMGIFR) e Apreciação e aprovação do Regimento da CMGIFR;

Ponto 2: Aprovação da ata nº4/2021;

Ponto 3: Relatório Anual de Execução de 2021 do PMDFCI;

Ponto 4: Relatório Actividades 2021 e Plano de Actividades de 2022 das Equipas de Sapadores Florestais (Aproflora e da Brigada da Médio Tejo);

Ponto 5: Apreciação, discussão e votação do Plano Operacional Municipal (POM 2022);

Ponto 6: Outros assuntos de relevante interesse.

—Estiveram presentes na reunião da CMGIFR os representantes das seguintes entidades:

- a) Representante da Câmara Municipal da Sertã – Presidente da Câmara Municipal, Drº Carlos Miranda, presidiu à reunião;
- b) Câmara Municipal da Sertã – Vereadora com o Pelouro da Floresta e Protecção Civil, Engª Cristina Nunes;
- c) Representante do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) – Engº Marco Santos;
- d) Representante da Guarda Nacional Republicana, Destacamento Territorial da Sertã – Capitão Celso Ricardo de Moura Marques;
- e) Guarda Nacional Republicana, Comandante do Posto da Sertã – Sargento-Ajudante Miguel José Cristovão Alves;
- f) Guarda Nacional Republicana/SEPKA – Sargento-Ajudante Pedro Miguel Nunes Farinha;
- g) Representante dos Bombeiros Voluntários da Sertã – Comandante Alexandre Silva;
- h) Representante dos Bombeiros Voluntários de Cernache do Bonjardim - Comandante Paulo Mariano;
- i) Representantes das Freguesias do Concelho, nomeados pela Assembleia Municipal – Adriana Pires Santos (Freguesia do Cabeçudo) e Carlos Mateus Marques Lopes (Freguesia do Castelo);
- j) Representante da Associação de Produtores Florestais e Agrícolas da Zona do Pinhal (Aproflora) – Engª Raquel Marques;
- k) Representante da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo – Engª Ana Esteves;
- l) Técnica do Gabinete Florestal – Engª Paula Martins.

—O Senhor Presidente usou da palavra, saudou e agradeceu a presença de todos os membros da Comissão, referiu a importância da prevenção e combate aos incêndios e informou que seria a

Vereadora, Eng^a Cristina Nunes, que iria conduzir os trabalhos, visto que não poderia estar presente até ao final da reunião. Após a intervenção deu por aberta a reunião, passando a palavra à Eng^a Cristina Nunes. A Vereadora solicitou aos comissários alteração da ordem de trabalhos, o ponto 2 da reunião passou a ser o ponto 1, visto que fazia parte da última reunião com a designação de Comissão Municipal de Defesa da Floresta, na qual foi aprovada a integração de parcelas de mosaicos de gestão de combustível no Concelho (Adenda ao PMDFCI).-----

---Ponto 1: Aprovação da ata nº4/2021-----

Todos os Comissários receberam a acta antecipadamente pelo que foi, inquirido se alguém tinha algum considerando a fazer. Não havendo, foi submetida a acta nº4/2021 a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

---Ponto 2: Instalação da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais da Sertã (CMGIFR) e Apreciação e aprovação do Regimento da CMGIFR-----

---A Vereadora, Eng. Cristina Nunes, antes de passar a apresentação do Regimento da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, apresentou todos os elementos que compõem esta nova Comissão.-----

---A Eng.^a Paula Martins apresentou quais as atribuições e competências da nova Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, decorrente do Decreto-Lei n.º82/2021, de 13 de Outubro. Colocada à votação o Regimento da Comissão (anexo 1), foi aprovado por unanimidade.-----

---Ponto 3: Relatório Anual de Execução de 2021 do PMDFCI-----

---A Eng.^a Paula Martins apresentou o Relatório de Execução do Plano Municipal de Defesa da Floresta, referente ao ano 2021 (anexo 2), engloba as acções dos 4 eixos estratégicos do Plano, para conhecimento dos comissários. Após a apresentação do Relatório, a Vereadora, Eng. Cristina Nunes, questionou os Comissários se tinham alguma questão a colocar. O relatório mereceu concordância de todos os elementos da CMGIFR, pelo que será enviado ao ICNF.-----

---Ponto 4: Relatório Actividades 2021 e Plano de Actividades de 2022 das Equipas de Sapadores Florestais (Aproflora e da Brigada da Médio Tejo)-----

---A Vereadora, Eng. Cristina Nunes, passou ao ponto 4 da ordem de trabalhos, o qual foi apresentado pela Engenheira Raquel Alves da Aproflora e pela Comunidade Intermunicipal da Médio Tejo (CIMT) foi apresentada pela Engenheira Ana Esteves.-----

---A Eng.^a Raquel Alves iniciou com uma breve apresentação das 2 equipas de Sapadores Florestais (SF-04 e SF-09). Informou que cada equipa é constituída por 5 elementos, mas neste momento a equipa SF-09 tem 3 elementos. Têm tido dificuldade em contratar novos elementos para a equipa.

Em seguida apresentou o Relatório Actividades referentes ao ano 2021 e o Plano de Acção para o ano 2022, cujos quantitativos apresentados foram validados pelo ICNF (anexo 3).

--O Eng.º Marco Santos transmitiu que este ano é a mesma área do ano passado e a aposta do ICNF é cada vez mais a ligação daquilo que são as necessidades e interesses do Município em articulação com a Aprofloira. Encontram-se a realizar serviço público em área privada, com os constrangimentos que tal acção implica. Mas a intenção é manter esta parceria, esta articulação entre o Município e o ICNF, do que é estrutural na estratégia da organização do território, em articulação com a Aprofloira e a Comunidade Intermunicipal da Médio Tejo. É difícil fazer ver, a nível superior, o que são os números devido existirem regras pré-definidas do que são as áreas a executar em serviço público das equipas de sapadores, mais ou menos 25 hectares. Mas, é necessário que todos sejamos conscientes, da realidade do território, diminuir a área a realizar por equipa, pela dificuldade associada ao trabalho a realizar, justificando assim essa redução. O pouco que se realize tem de ser estratégico, o Concelho é muito grande.

--A Eng.ª Ana Esteves, da Comunidade Intermunicipal da Médio Tejo, agradeceu o convite, apresentou o Relatório de Actividades, para o ano de 2021 e o Plano de Actividades para o ano 2022 das Brigadas de Sapadores Florestais. Na apresentação, informou que a CIMT tem 2 brigadas, cada uma constituída por 3 equipas de sapadores florestais, num total de 29 sapadores florestais. A CIMT faz trabalhos de serviço público para 13 Municípios. Informou que no ano passado não realizaram serviço na Sertã, em articulação com o Município, pelo motivo de em 2020 terem estado 2 a 4 meses na Sertã, a realizar a implementação de um troço da Rede Primária. Um trabalho muito difícil devido ao arvoredo denso, a orografia do terreno tendo o trabalho de ser executado manualmente, ocorrendo uma perda de rendimento. A Eng.ª Ana demonstrou a sua preocupação em relação aos alertas (muito elevado e máximo) em que os sapadores florestais não podem realizar os trabalhos de silvicultura preventiva, atrasando o trabalho planeado. Apresentou os quantitativos realizados pelas brigadas, no ano de 2021 e o Plano de Actividades das 2 equipas para o ano 2022 (anexo 4). No que concerne ao Município da Sertã realizaram 4 hectares, dos 10 hectares previstos.

--O Senhor Presidente referiu que todas as entidades estão a dar o seu melhor e é desesperante quando olhamos para a mapa de concretização de trabalhos e todas as entidades articuladas para conseguir umas áreas de prevenção. Fez referência à "área gigantesca" do território e que o esforço possa ser reforçado.

--Comandante Alexandre referiu a importância da FGC da rede primária ser bem executada para o combate. Referiu também, a urgência da implementação da FGC da rede primária na zona do incêndio de 2020, nesta fase os proprietários autorizam a intervenção.

---Ponto 5: Apreciação, discussão e votação do Plano Operacional Municipal (POM 2022)

—A apresentação do Plano Operacional Municipal (POM) para o ano 2022 (anexo 5), foi apresentado pela Engª Paula Martins. Submetido a votação, a **Comissão deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano Operacional Municipal.**

O Engº Marco referiu que em relação ao POM tem dois pontos a referir, tem de estar explanado no POM o registo de abrigos e canis para animais no Concelho. O outro ponto é a operacionalidade e validades dos pontos de água e actualizar no SGIF.

---Ponto 6: Outros Assuntos de Relevante Interesse

—A Vereadora Cristina Nunes deu conhecimento aos senhores comissários que a Câmara Municipal submeteu uma candidatura à medida 8.1.3 do PDR2020, vertendo em 2 acções, controle de invasoras lenhosas e a criação dos mosaicos e parcelas de gestão de combustível.

—O Sargento-Ajudante Pedro Farinha do SEPNA questionou sobre o ponto de situação do PMDFCI da Sertã.

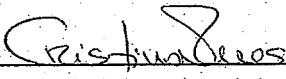
A Vereadora Cristina Nunes informou o Sargento-Adjunto Farinha que o Plano de vigência terminou 2020 e no decorrer de 2021, encetamos a revisão do PMDFCI, nomeadamente as medidas aos condicionalismos à edificação, apresentados em sede da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, conforme constava do Artº 16º, no DL nº124/2006, 20 de Junho. Em 1 de Janeiro de 2022, entra em vigor DL nº 82/2021, 13 de Outubro, em que o Plano de Defesa seria substituído por um Plano Municipal de Execução (PME). Mas a norma transitória abrange os PMDFCI's vigentes e aqueles cujo período de vigência tenham terminado em 2021, deixando uma lacuna em relação aos que terminaram em 2020, que é o caso da Sertã. Com a saída do novo Decreto-Lei, verificou-se que não tinha sentido dar continuidade à revisão do Plano, nos moldes anteriores. Estamos preocupados com a situação e para salvaguardar-nos em caso de algum acontecimento, como uma ocorrência de incêndio rural, solicitamos ao ICNF e AGIF para apreciação da situação para se encontrar uma solução.

—A Vereadora, Eng. Cristina abordou na reunião a Cartografia de Perigosidade de Incêndio e suas implicações, como o condicionamento de actividades em áreas prioritárias de prevenção e segurança (artigo 68º) e o condicionamento às edificações. Os elementos da Comissão e a Vereadora manifestaram, neste ponto, a sua enorme preocupação com a nova Cartografia de Perigosidade Estrutural uma vez que, com este decreto, haverá mais condicionantes que poderão levar à suspensão de diversas actividades e construção de edifícios.

—Sem outros assuntos identificados pelos presentes, a Vereadora Eng. Cristina Nunes, agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a reunião pelas doze horas e trinta minutos, da qual se



lavrou a presente ata, que será assinada pela Vereadora Eng. Cristina Nunes e por mim, Paula Martins que a redigi na qualidade de secretária.

Presidente da CMGIFR: 

A Secretária: 